

A MERUOCA INDÍGENA NA ESCRITA DA HISTÓRIA DO CEARÁ (SÉCULOS XVII E XVIII)

Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara¹

Mariana Albuquerque Dantas²

RESUMO: Esta pesquisa busca analisar a presença indígena na Serra da Meruoca, localizada na região Norte do estado do Ceará, e a importância desse espaço na constituição da história da capitania no período colonial. Dessa forma, o ponto de partida da investigação é a historiografia produzida sobre a região no século XX. Percebemos que grande parte das pesquisas sobre a história colonial da região Norte se concentram na Serra da Ibiapaba, as produções que tratam do Ceará colonial, de um modo geral, raramente citam a Meruoca, e os trabalhos que tratam especificamente da Serra não são específicos ao período colonial. A partir de uma análise crítica dessa produção documental, a presente investigação tem a intenção de demonstrar a importância da presença indígena na formação do espaço da Serra da Meruoca e da Ribeira do Acaraú.

PALAVRAS-CHAVE: Serra da Meruoca. Índios. Historiografia.

Situando o objeto: a Meruoca indígena

As primeiras informações sobre o povoamento da Serra da Meruoca fazem referência à presença indígena e ao início do trabalho de catequese por missionários. Isso confere à região particularidades em sua formação territorial, sendo possível perceber neste espaço a atuação de variados sujeitos históricos, como índios, negros e escravizados que desempenharam papéis importantes na formação histórica e territorial da Serra. Abordando a ocupação da Meruoca como um espaço povoado anteriormente à chegada do colonizador e pensando as relações estabelecidas entre índios e não índios no processo de entrada pelos sertões da Ribeira do Acaraú, é possível, então, conferir visibilidade a uma dinâmica social específica, que tenha particularidades diante dos modelos explicativos generalizantes do Ceará, do Brasil e do Nordeste.

A Meruoca é considerada um enclave de tropicalidade no meio do semiárido, e foi neste espaço, que se desenvolveram atividades missionárias com indígenas e a formação de um aldeamento no ano de 1712. No entanto, sobre o aldeamento da Meruoca, bem como sobre todo o processo colonizador da serra e as primeiras missões, tem-se uma lacuna na historiografia cearense. São raras as produções que se dedicam ao estudo sobre a ocupação indígena da região, os trabalhos produzidos convergiram para a construção de uma história voltada para aspectos religiosos, políticos e administrativos.

¹ Universidade Estadual Vale do Acaraú; Graduanda; Bolsista do Programa de Educação Tutorial PETHISTÓRIA/UVA

² Orientadora/ Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

As primeiras notícias sobre aldeamentos de índios dirigidos por missionário na região que

atualmente é a cidade de Meruoca fazem referências aos Tapuias catequizados pelo padre José Teixeira de Miranda, no ano de 1712. Sendo que “os Aleriús, que habitavam por uma e outra margem do Acaraú: eram assaz, bravios e indóceis” (ARARIPE, 1958:55-56). Pode-se dizer que os Tapuias Reriús que habitavam a Serra da Meruoca, na descrição de Tristão de Alencar Araripe, intelectual do Instituto Histórico do Ceará, estavam inseridos em “uma e outra margem do rio Acaraú”, tendo em vista que o autor não fez uma menção específica à Serra da Meruoca, percebemos que a ocupação deste espaço deu-se à medida que a região da Ribeira do Acaraú estava sendo ocupada por sesmeiros.

É, portanto, preciso compreender a Serra da Meruoca como uma expansão dos domínios das terras da Ribeira do Acaraú. Podemos chegar a essas conclusões pois no início do século XVIII a aldeia da Serra da Meruoca foi uma das três sedes de missões do distrito do Acaraú que foram entregues a padres seculares, sendo definida como: “Missão dos Reriús, ribeira do médio Acaraú, aldeados na Serra da Meruoca sob a direção do Pe. José Teixeira de Miranda (1712)” (STUDART, 1957:30-51).

Vale destacar que “a ação catequética dos companheiros de Jesus, afirma que a Companhia de Jesus se confundia com os empreendimentos da Coroa, ou seja, define que a ação missionária era parte integrante dos preceitos de dominação”. (MAIA, 2010: 20) A Serra da Meruoca se insere nesse contexto das atividades jesuíticas da Companhia de Jesus no Ceará, com a passagem do padre Ascenso Gago, sendo chefe superior da Missão jesuítica da Serra da Ibiapaba. Ao escrever ao provincial Pe. Alexandre de Gusmão dando contas de suas atividades missionárias no Ceará, informa em sua carta Ânua sobre os indígenas da Serra do Tapuia: “achei-os quando fui a primeira vez para a serra, postos em guerra com todas as nações circunvizinhas, a saber, com os Tabajaras, com o Tapuia Guanacé e com os Aconguaçus”³. Ao dar notícias sobre as missões no Ceará, Pe. Ascenso Gago informa que os Tapuias Reriús foram agregados à Missão da Ibiapaba, e então a Serra da Meruoca, começa a receber os primeiros esforços evangelização. Mesmo as visitas tendo sido descontínuas, essa passagem do chefe superior da Missão da Ibiapaba pela Serra da Meruoca demarca os primeiros projetos de missionação na Meruoca indígena. Ao dar notícias sobre as missões no Ceará, Pe. Ascenso Gago informa que os Tapuias Reriús foram agregados à Missão da Ibiapaba, e então a Serra da Meruoca, começa a receber os primeiros esforços evangelização. Mesmo as visitas tendo sido descontínuas, essa passagem do chefe superior da Missão da Ibiapaba pela Serra da Meruoca

³ **Trecho da Carta do Padre Ascenso Gago (1693)** in: História religiosa de Meruoca. Sobral. Fundação Vale do Acaraú- UVA-1979. p. 24.

demarca os primeiros projetos de missionação na Meruoca indígena.

No tocante à colonização das Ribeiras do Acaraú⁴, em 1613, para tirar a capitania do Maranhão do poder dos franceses, a Coroa Portuguesa estabeleceu uma fortificação militar na enseada da Jericoacoara. Essas fortificações militares, foram responsáveis por proporcionar um contato entre militares e índios. Em meados do século XVII, quando o domínio português foi reestabelecido, surgiram no litoral cearense os primeiros núcleos de povoamento. Esse processo dá-se, principalmente, pela vinda de soldados que passaram a manter contatos com os Tabajaras e Tremembé. Na capitania de Pernambuco, o impulso exploratório advindo da expulsão dos holandeses levou a efeitos imediatos para a Capitania anexa do Ceará, pois é somente na segunda metade do século XVII que a ocupação colonial passou a ser estabelecida, pois “se num primeiro momento, os núcleos iniciais de povoamento estavam restritos ao litoral, os sertões, passaram a ser ocupados por colonos vindos de Portugal, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, por diversos caminhos” (SOUZA, 2015 : 29).

Outra consequência para a capitania do Ceará, após a restauração do domínio Português na Capitania de Pernambuco, seria pois o recebimento de tropas militares que “foram se estabelecendo na antiga fortaleza holandesa para garantir o controle da costa cearense e, ao mesmo tempo, reprimir e tecer alianças com populações nativas” (SOUZA, 2015: 27). Quando o domínio português foi reestabelecido, a administração do Ceará foi entregue a Álvaro de Azevedo Farias⁵ (1654-1655). A partir de então: “a região seria visitada de forma esporádica por soldados, mantendo contato com os Tabajara e Tremembé, favorecendo o surgimento dos primeiros núcleos de povoamento do litoral cearense” (SOUZA, 2015: 28).

É importante, ainda, perceber essa definição do sertão no período colonial. Diferentemente das definições atuais, o sertão “caracterizava-se como sendo o espaço que não era ocupado pela administração lusa, que era considerado espaço de barbárie, onde habitavam os índios bravos” (ALMEIDA, 2010: 32).

Uma questão primordial a ser discutida são os interesses coloniais e objetivos que estão em jogo no final do século XVII. “Havia uma preocupação por parte da Coroa com a afirmação de seus domínios coloniais, diante da ameaça estrangeira, e com a expansão das fronteiras em

⁴ As Ribeiras do Acaraú compreendidas pelos rios: Mundaú, Aracatiáçú, Aracati Mirim, Coreá e Acaraú, localizadas na zona norte da capitania do Ceará, constituem uma imensa área de terras lavadas por águas fluviais e lacustres, propícias para o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio. Para mais informações veja: SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. “**Minha riqueza é fruto do meu trabalho**”: negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822). Fortaleza: Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Ceará/ Programa de Pós- Graduação em História Social, 2015.

⁵ Foi o primeiro capitão-mor após a saída dos holandeses do Ceará, suas ações iniciais foram no sentido de construir uma capela em louvor a Nossa Senhora da Assunção, nome pelo qual aliás passou a ser denominado o forte flamengo de Schoonenborch. Para mais informações veja: AMORIM, J Terto de [org]. **O Siará na rota dos Neerlandeses**. Utrecht, 2012.

direção aos sertões” (DANTAS, 2010: 30), sendo o final do século XVII para Capitania do Ceará, marcado pela falta de sacerdotes e igrejas. O próprio governador da capitania, Pedro Lelou,

“escreve a respeito da necessidade de uma igreja matriz e de sacerdotes na capitania do Ceará” (STUDART, 1921: 43).

Devido à ausência de sacerdotes na Capitania do Ceará no final do século XVII, de um modo geral, podemos pensar nas dificuldades e na falta de sacerdotes nos interiores desta capitania. Pensando a ausência de missionários na Meruoca e na Ribeira do Acaraú, os quais eram destinados a “apaziguar” os índios no contexto da própria expansão dos domínios do Império português, então pode-se afirmar que havia uma frouxidão religiosa na Capitania do Ceará no período em análise e, conseqüentemente, uma ausência missionária na Serra da Meruoca. O próprio Império Português estava alheio às necessidades de sua colônia, às necessidades da Capitania do Ceará. Sobre o século XVII:

Durante todo o século XVII, a Capitania do Ceará se constituiu como um entreposto, uma guarnição de passagem; inicialmente, como uma possessão da Coroa na proteção de toda extensão do território do Rio Grande para além da província do Jaguaribe, infestada de grupos indígenas hostis, e sob perigo constante dos franceses que comerciavam com os Potiguara, no litoral. Apenas no final do século XVII, com certa organização administrativa e concessões de datas sesmarias, é que se tem início a uma sistemática política de ocupação territorial (MAIA, 2010: 63).

O estudo do processo de colonização da Serra do Tapuia, forma que o Padre Ascenso Gago se refere à serra da Meruoca, no ano de 1693, passa pela análise da própria colonização da região norte do Ceará e das relações estabelecidas entre a Capitania de Pernambuco e suas anexas, Paraíba, Rio Grande e Ceará. É importante atentar para os interesses, as investidas coloniais, as alianças entre os povos portugueses e franceses, que passaram a ocupar a terra através da concessão de sesmarias e a ver naquelas terras possibilidades de produção, enriquecimento e transformação do território.

A serra da Meruoca constitui-se territorialmente como um espaço de passagem entre a Serra da Ibiapaba e a Ribeira do Acaraú, pois a primeira era “um dos maiores redutos missionários da Companhia de Jesus no Brasil, e a conquista da Ribeira do Acaraú constituía-se como algo imprescindível para consolidar o caminho em direção ao Maranhão”. (MAIA, 2010: 28). Portanto, a relação entre estes três espaços é de fundamental importância para compreender a transformação e ocupação territorial da região norte do Ceará e mais especificamente perceber de que modo a Serra da Meruoca teve sua região ocupada e quais as relações que foram estabelecidas nas passagens de missionários e colonos pela Serra.

Pensar no Ceará indígena implica também compreender a Meruoca indígena e perceber, mesmo com as limitações documentais, de que modo esta serra viveu a transição do século

XVII para o XVIII, período belicoso vivenciado em toda a capitania e nos interiores do sertão. Esse foi o período de doação das sesmarias e do estabelecimento de algumas missões no sertão da capitania do Ceará, foi marcado também por vários conflitos nos quais índios de grupos variados se

envolveram. No ano de 1713, na Ribeira do Acaraú e em terras circunvizinhas, explodiam muitos movimentos armados, que foram denominados de “Rebelião de 1713”. Nesse momento, os Acriús e os Tremembés tomaram armas contra os colonizadores, e os Areriús assaltaram os moradores da Ribeira do Acaraú. “A Rebelião de 1713, representou uma reação armada dos nativos contra os abusos e vexações que vinham sofrendo” (STUDART, 1963: 10).

Assim, no início do século XVIII, o interior da capitania do Ceará se apresentava como um espaço de conflito por terras, entre sesmeiros e grupos indígenas. Os religiosos, que eram responsáveis pelos aldeamentos, também tiveram participação nesses conflitos. As causas dos confrontos entre os colonos portugueses e os indígenas estavam na expansão das áreas criadoras de gado. Os índios foram apontados, em algumas ocasiões, como os causadores das hostilidades, sendo-lhes atribuído roubos e mortes, sendo que:

No início do século XVIII, a Junta das Missões autorizou a guerra justa contra alguns grupos indígenas (Tapuias, Paiacus, Icós e Cariris). Membros desses grupos foram acusados de ter matado vaqueiros nas capitanias de Ceará e Rio Grande. Para combater a “voracidade” dos índios, o governador de Pernambuco entregou ao mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, pertencente ao terço dos Paulistas, o comando da expedição. (FERREIRA, 2013: 32).

Abriam-se lutas entre indígenas e colonos por ocasião de serem incorporadas trechos do sertão cearense ao patrimônio da coroa portuguesa: “de 1703 à 1706 uniram-se Icós, Cariús, Cariris e Cratiús para assaltar os moradores do alto sertão. Em 1712, levantam-se os Canindés e Jenipapos”. (STUDART, 1963: 14.) Podemos dizer que o povoamento dos sertões da Ribeira do Acaraú por colonos portugueses e, em específico a área da Serra da Meruoca, não ocorreu sem conflitos e alianças com as populações indígenas que já as habitavam ou que para ali foram reduzidas em aldeias.

E foi nesse contexto belicoso, no início do século XVIII, que houve a formação do aldeamento da Serra da Meruoca e o envio de um missionário específico para catequizar os nativos da Ribeira do Acaraú. Segundo Carlos Studart Filho no documento *Dados para uma história eclesiástica do Ceará (1603-1750)*, em que apresenta nomes de missionários que foram responsáveis por estarem em contato com os índios:

Para dar largas à sua vocação de apóstolo, chegava também ao Ceará, nestes começos de séculos, o Pe. José Teixeira de Miranda, filho de José Novais Sampaio e natural da Vila de Alfarela, Arcebispado de Braga. Internando-se pelos agrestes Sertões da Capitania em busca de prosélitos, pacificou e aldeou os índios Arariú, para os quais, esclarece o Barão de Studart, construiu uma igreja na Serra da Meruoca. Numerosos

EMBORNAL

Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará

conversos do Pe. Teixeira de Miranda e por êle capitaneados, incorporaram-se, em 1712, à tropa sob o comando do coronel José de Lemos, ajudando-o a fazer levantar um sítio que os nativos revoltados haviam postos nos moradores da Ribeira do Acaraú. Em 1712 e 1714, foi, assevera-nos o Barão de Studart, o mais poderoso fator de apaziguamento dos índios rebelados contra os moradores da Ribeira do Acaraú. Faleceu em 1725, ainda no desempenho de seu benemérito ministério (STUDART, 1957: 30-51).

O referido padre chegou à Serra da Meruoca, onde ajudou os índios Reriús a construir a defesa contra os primeiros moradores da Ribeira do Acaraú, que pouco a pouco tentavam se apossar das terras férteis da serra. Nesse sentido, a compreensão da formação do aldeamento na Serra da Meruoca, como já afirmado anteriormente, é possível a partir do povoamento da região da Ribeira do Acaraú por colonos, à medida que a ocupação da Ribeira do Acaraú efetivava-se, a Serra da Meruoca era vista como um espaço a ser ocupado também.

Esse documento, bem mais amplo que o trecho apresentado, ao referenciar uma série de padres que começaram a desenvolver atividades missionárias no Ceará, insere a Serra da Meruoca em um contexto colonial missionário. Além do exemplo de José Teixeira de Miranda missionário da Meruoca, temos outros missionários que eram enviados para a região das Ribeiras do Acaraú, com o intuito de catequisar os nativos. É o caso do Padre José Borges Novais que foi o primeiro missionário dos índios Tremembés na costa Norte da capitania, onde construiu em 1712 uma igreja em invocação a nossa senhora da Conceição.

Em outros espaços distantes da Ribeira do Acaraú foi enviado o Pe. João da Costa que ficou responsável por desenvolver trabalhos com os índios Paiacú no Sítio Araré, localizado na ribeira do Jaguaribe; Félix de Azevedo Faria, missionário da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, Padre Antônio Caldas Lobato, residia na Ribeira do Jaguaribe, no povoado de São João, era missionário dos índios da vizinhança, especialmente do Grei Jenipapo, o ramo da tribo Paiacú (STUDART, 1957: 14).

Era portanto desta forma que estava configurado os interiores do Ceará indígena no contexto das missões, sendo as áreas de envio de missionários mais próximas da região da Ribeira do Acaraú no início do XVIII, as atuais cidades de Almofala e de Meruoca. Segundo Padre Sadoc, a tropa do Padre Miranda tinha por cabo o Coronel José de Lemos, possuidor de terras na Ribeira do Acaraú pelas sesmarias que conseguira a 20 de setembro de 1705 e de janeiro de 1708: “José de Lemos recebe sesmaria na ribeira do Acaraú, medindo quatro léguas de terra de comprido e uma de largo”. (ARAÚJO, 1974: 93.) Vale destacar que em 1708, anos antes da formação do aldeamento missionário na Serra da Meruoca, colonos já requeriam as terras da Serra em sesmarias. Um exemplo é Felix da Cunha Linhares que: “obtem sesmaria nas margens do riacho cachoeira, o qual vem do boqueirão da Serra da Meruoca, medindo légua e meia de comprido pelo dito riacho acima, com meia de largo para cada banda, pegando na

confrontação da Serra da Tucunduba”⁶

Desse modo, o estudo do aldeamento da Serra da Meruoca passa pela análise da construção desse espaço através das relações que foram mantidas dos grupos indígenas com a população não indígena que passara a ocupar a área por meio da doação de sesmarias concedidas e da fundação

da povoação de Meruoca. A chegada e a estadia do missionário na Serra da Meruoca estavam relacionadas ao processo de colonização portuguesa, à concessão de sesmarias e à formação de aldeamentos. O objetivo era integrar o espaço ou a região numa lógica de expansão territorial, na qual o espaço deveria ser dominado como uma garantia de pertencer ao império Português.

De acordo com Sadoc (1979: 40) “no ano de 1724, houve a chegada do primeiro casal de brancos, com a intenção de fixar residência na atual região da cidade de Meruoca, sendo o Cel. Sebastião de Sá, casado com Cosma Ribeiro Franca” tendo sido o doador de um terreno para a construção da igreja.

Ele mantinha relações com a índia Madalena Saraiva, com a qual teve duas filhas naturais. O coronel era filho de Leonardo de Sá, que chegou na Ribeira do Acaraú no final do século XVII, considerado um dos primeiros povoadores desta ribeira. Uma informação importante é que este era missionário leigo e fez um trabalho de catequese entre os indígenas, proporcionando a difusão da devoção à N. Senhora da Conceição. Vale informar que Nossa Senhora da Conceição é a padroeira da cidade de Meruoca até os dias atuais. Leonardo de Sá era pernambucano, serviu inicialmente no forte, na praça da companhia, chefiada pelo capitão Domingos Gonçalves Freire e pelo Capitão Francisco Nogueira, sendo o primeiro missionário leigo da região da Ribeira do Acaraú. (Sadoc, 1979: 40).

Leonardo de Sá solicitou ao governador de Pernambuco a confirmação de uma sesmaria que lhe foi concedida às margens do rio Acaraú pelo capitão mor do Ceará, Francisco Gil Ribeiro. Na petição consta:

Ser ele suplicante o primeiro povoador da dita ribeira e havendo respeito ao excessivo gasto que fez e despendeu de sua fazenda, em fazer aldear o gentio bravo que nela habitava, reduzindo-os ao grêmio da igreja, como consta das certidões do vigário daquela capitania e dos missionários, sendo o suplicante povoador das terras, no ano de 97, em que não havia tributo nem pensão, como consta da certidão dos Padres da Companhia missionários da serra da Ibiapaba, por cuja causa deve ser isenta da confirmação da dita data.⁷

A partir da interpretação de padre Sadoc sobre esta petição infere-se que Leonardo de Sá procurou trazer ao grêmio da igreja os tapuias da região da Ribeira do Acaraú, que tinham seu reduto e principal concentração na Serra da Meruoca. Leonardo Sá, ao mesmo tempo em que era um católico praticante, não deixou de lado seus interesses em adquirir terras e expandir seus

⁶ Ibidem. p.89.

⁷ Documentação histórica pernambucana- Sesmarias- Vol.1-Recife-1954, p.80 in: ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **História religiosa de Meruoca**. Sobral. Fundação Vale do Acaraú- UVA-1979. p.32.

domínios, fazendo um trabalho de catequese entre os indígenas.

A Região da Serra da Meruoca, como demonstrado, teve sua área ocupada tempos antes da chegada do primeiro missionário em 1712, e do primeiro casal de brancos em 1724. Encontramos ainda o território da Serra requerido por sesmeiros anos antes da chegada do primeiro casal de brancos que fixaram morada na região, sendo Manuel Fernandes de Carvalho proprietário de

quatro sesmarias, a primeira, junto ao seu irmão, o alferes João Fernandes Neto, em 1716, na serra da Meruoca, “entre um posso de água por nome Goyreguá, e por entre as duas serras do boqueirão que corre emparelhado com o boqueirão da Morohoqua” (SOUZA, 2015: 113).

Entendemos que a colonização da área, a passagem de sesmeiros vindos de Pernambuco e índios, confere à Serra da Meruoca particularidades no processo colonial cearense. É necessário levar em conta que a redução dos índios em aldeias ocorreu com mais intensidade por conta dos conflitos que aconteciam no interior da Capitania do Ceará, mais especificamente na ribeira do Acaraú. Além da instalação do Aldeamento na Serra da Meruoca, este era um período em que a terra era requerida por sesmeiros, encontramos, como demonstrado anteriormente a requisição das terras da Serra da Meruoca em um período anterior a formação do aldeamento e a chegada do primeiro missionário, José Teixeira de Miranda. É importante destacar que esses sesmeiros raramente viviam ou visitavam suas terras na Meruoca, desempenhando suas funções militares na região da Ribeira do Acaraú, e deixando a administração de suas fazendas e lavouras sob o cuidado dos moradores e agregados. Isso demonstra que o processo de formação territorial do atual espaço da cidade de Meruoca, ocorreu a partir do contato de variados sujeitos históricos.

A história local

O estudo sobre a formação histórica e territorial da Serra da Meruoca é de fundamental importância para se compreender a dinâmica de colonização da região norte do estado do Ceará. No entanto, grande parte das pesquisas sobre a história colonial da região Norte se concentram na Serra da Ibiapaba e na Ribeira do Acaraú. As produções que tratam do Ceará colonial, de um modo geral, raramente citam a Meruoca. Já os trabalhos que tratam especificamente sobre a Serra compreendem longos períodos de tempo não sendo específicos sobre o período colonial. Essas são algumas das problemáticas relacionadas à produção historiográfica da Meruoca indígena. Para compreender essa escrita da história, é necessário analisar a produção e os textos de alguns dos pesquisadores que escreveram sobre a região, sendo importante, compreender a ocupação das terras da Serra da Meruoca antes da chegada dos não índios, bem como as relações estabelecidas entre os povos que já habitavam a região, constituíam famílias e desempenhavam atividades no território.

O aldeamento e a presença indígena da Serra da Meruoca constituem-se como um enigma para a historiografia cearense, pois são raras as produções que se dedicam ao estudo sobre a ocupação da serra. A historiografia de autores como Padre Sadoc, que escreve especificamente sobre a Serra em estudo, José Tupinambá da Frota⁸ que escreve sobre a atual região de Sobral, Antônio Bezerra⁹, Carlos Studart Filho¹⁰, Guilherme Studart,¹¹ Dr. Thebérge¹² que escrevem sobre o Ceará de modo geral, trazem de fato uma gama de informações referentes aos Tapuias do Ceará, aos índios da região norte. No entanto, esses estudos raramente são específicos sobre a Serra da Meruoca e o próprio aldeamento formado na região no início do XVIII. Além disso, nas produções historiográficas, a Serra da Meruoca sempre figura como um espaço indígena secundário da Serra da Ibiapaba e da Ribeira do Acaraú, devido à reunião dos índios da Meruoca à missão da Ibiapaba no final do século XVII e início do século XVIII. Além desta justificativa para a relação entre esses três espaços, retomamos uma questão já apresentada anteriormente: “a Serra da Ibiapaba aparece como sendo um dos maiores redutos missionários da Companhia de Jesus no Brasil, e a conquista da Ribeira do Acaraú era importante para consolidar o caminho em direção ao Maranhão” (SOUZA, 2015: 113).

No livro *História Religiosa de Meruoca*, publicado no ano de 1979, Pe. Sadoc faz a pedido de Monsenhor José Furtado uma descrição da vida religiosa da dita serra. Na obra, há um tópico destinado à presença indígena, no qual, aponta a origem dos Tapuias Rerius. O padre com formação de bacharel em filosofia e em teologia e considerado um intelectual e erudito da sociedade Sobralense, em sua estrutura argumentativa, utiliza principalmente obras do Instituto Histórico do Ceará. Suas referências informam que se baseou em autores como Carlos Studart Filho, Tristão de Alencar Araripe e Guilherme Studart. Trabalha ainda com algumas fontes, como inventários, registros de batismo, registros de casamentos, pedidos de sesmarias, levantando alguns pontos importantes, como a catequese dos índios, os primeiros trabalhos de missionários na região. O padre ao afirmar que a Serra da Meruoca foi primitivamente habitada pelos Tapuias Rerius, aponta as dificuldades que o estudioso do assunto encontra ao pesquisar, alerta sobre a falta de documentação e tece elogios aos estudos “sabidamente sérios” feitos por Tomaz Pompeu Sobrinho e Carlos Studart Filho, membros do Instituto Histórico do Ceará. Padre Sadoc dedicou-se ao estudo sobre a história religiosa de diferentes cidades da região

⁸ Ver: FROTA, D. José Tupinambá da. **História de Sobral**. Fortaleza: IOCE, 1995.

⁹ Ver: BEZERRA, Antônio. **Notas de Viagem**. Imprensa Universitária do Ceará. Fortaleza 1965[1884].

¹⁰ Ver: STUDART FILHO, Carlos. **Aborígenes no Ceará**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1965.

¹¹ Ver: STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2004.

¹² Ver: THÉBERGE, Dr. P. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Tomo I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001; **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Tomo II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

De acordo com Maia (2010: 24)

Padre Sadoc de Araújo e José Tupinambá da Frota, por possuírem uma vinculação com a igreja, conseguiram, a partir de fontes eclesiásticas locais, ter acesso a um acervo importante e pouco trabalhado por historiadores, estes dois sacerdotes dedicaram-se à investigação sobre as regiões ligadas ao sertão da Ribeira do Acaraú.

Então podemos perceber uma escrita da história das diferentes cidades da região Norte do estado do Ceará, articulada com questões religiosas específicas. Nas palavras do Bispo de Sobral no ano de 1980, o livro *História Religiosa de Meruoca* “ajudaria a recordar um ‘passado glorioso’ através de um sacerdote que põe seu talento e seriedade de pesquisador a ‘serviço da igreja’”. (ARAÚJO, 1979: 18) Além de um trabalho prestado para a Igreja, Sadoc escreveu dezenas de artigos na imprensa de Fortaleza e Sobral e vários estudos sobre educação e Cultura em revistas especializadas do conselho de Educação do Ceará e da Secretaria de Cultura do Ceará, e nas revistas da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Outra obra que reproduz ideias sobre os índios da Meruoca é o livro “Alcântaras III séculos de história”, do autor Bertoni Vasconcelos Diogo. Neste trabalho, Diogo dedica-se mais especificamente ao estudo da cidade de Alcântaras, que por muito tempo foi denominada de sítio São José, e compreendia um território que era pertencente à Meruoca. O autor trata desde a ocupação indígena da Serra da Meruoca até a construção da estrada que liga Alcântaras a Coreaú. No decorrer do livro aponta algumas lendas da cidade, discorre sobre a construção do sindicato dos trabalhadores rurais, descreve aspectos relacionados à religiosidade alcantarense, entre outros assuntos. No entanto, quando Diogo aponta a presença de índios na região da Meruoca, levanta as mesmas questões e informações que Padre Sadoc apresenta no livro *História religiosa de Meruoca*. A contribuição deste autor para a historiografia alcantarense se dá quando afirma que Alcântaras tem séculos de história e que sua origem não começa com a chegada de João Capistrano de Alcântara, considerado fundador da cidade e doador das terras para a construção da capela em 1908. O autor defende que o início do povoamento das atuais terras da cidade de Alcântaras iniciou no ano de 1791 pela viúva do Capitão José de Araújo Costa, Brites Vasconcelos, uma das 7 irmãs.

Outro autor que também faz parte dessa produção historiográfica sobre a Serra da Meruoca é Mário Henriques Aragão. Trata desde a “civilização indígena” à “gestão municipal” contemporânea, dedica-se a apontar datas e dados em um contexto mais amplo para, em seguida, apontar algumas datas e alguns dados sobre a Região da Meruoca. Essa obra, além de constituir-se de poucas páginas e englobar um longo período de tempo, não tem um caráter

¹³ Dentre essas obras destacamos: ARAÚJO, Francisco Sadoc. **História Religiosa de Guaraciaba do Norte**. Imprensa Oficial do Ceará (IOCE). Fortaleza:1988. **Raízes portuguesas do Vale do Acaraú**. Fortaleza: Gráfica editorial cearense LTDA, 1991; **Padre Ibiapina: peregrino da caridade**. São Paulo: Paulinas, 1996.

analítico. De acordo com as pesquisas, Aragão (1999:18):

1670-Chegou ao Ceará, vindo de Pernambuco, Leonardo Sá, o qual foi o primeiro povoador branco da serra da Meruoca. Era irmão do governador Sebastião de Sá. 1693-O cronista holandês Elias Herckman confirmava que os índios ao fugirem do litoral baiano, acossados pelos portugueses em demanda do sertão, preferiram refugiar-se nas serras acreditando serem locais mais estratégicos em termos de sobrevivência.

Outra obra de Padre Sadoc que traz informações relativas a Ribeira do Acaraú, a Serra da Meruoca e as regiões circunvizinhas é “Cronologia Sobralense”, constituída de cinco volumes, nos quais o autor discorre detalhadamente, em ordem cronológica, sobre fatos ocorridos entre o século XVII e meados do século XX. No trabalho, há a utilização de fontes primárias, como registros de batismos, casamentos, óbitos e inventários. Nesta coleção, a história tem um caráter factual, as datas são o que norteiam a pesquisa. A cronologia “ocupa-se do tempo e de sua medida, sendo sobretudo a arte de verificar as datas e o estudo dos múltiplos calendários humanos” (CARDOSO, 1984: 48). Para Sadoc (1974: 22):

Pouco a pouco, a terra começa a ser empossada definitivamente. Entrelaçam-se os laços de amizade. As fixações se estruturam. Os índios começam a se socializar tornando-se agregados dos sesmeiros. Nascem sítios e fazendas. A pecuária e a agricultura começam a dar condições econômicas à sobrevivência. E como resultado de toda esta epopeia geradora: eis a povoação da Caiçara que nasce.

Esta é uma reflexão do historiador e padre Francisco Sadoc de Araújo que no século XX não estava isolado na argumentação de civilização dos indígenas diante do contato com o homem branco. Nesse trecho o padre aponta uma informação importante, que refere-se ao tipo de regime de trabalho ao qual os índios das Ribeiras do Acaraú foram submetidos, ao terem contato com os brancos. No entanto o padre, apresenta este contato com uma passividade, para podermos perceber que esse regime de trabalho foi intenso na região, será possível identificar, no ano de 1788, na Serra da Meruoca, uma relevante quantidade de moradores, agregados e rendeiros, devido uma fragmentação intensa no território, pois, “estará dividida em 110 sítios, nos quais os proprietários destas terras reuniam estes trabalhadores na Meruoca, enquanto desenvolviam suas atividades políticas no Sertão da Ribeira do Acaraú” (FROTA, 1974).

Nos diversos âmbitos, historiografia, literatura e nos próprios pronunciamentos das autoridades, se decretava a morte do Ceará indígena. As referências sobre os indígenas na história cearense faziam menção ao índio do passado, que no processo colonial desempenhava um papel secundário. Sadoc vem demonstrar em sua escrita uma passividade do indígena no contato com os posseiros, menciona uma civilização e a agregação destes índios sem nenhum tipo de resistência cultural e até mesmo física. Porém, um contraponto importante a ser destacado e analisado é que, quando Sadoc trata dos Tapuias Rerius da Serra da Meruoca, apresenta-os como índios resistentes às investidas coloniais. Afirma que “a Serra da Beruoca,

como se grafava primitivamente, foi um dos redutos dos tapuias que mais custou a ceder às investidas dos colonizadores” (ARAÚJO, 1979: 20).

É surpreendente, e muitas vezes intrigante, o papel que a Meruoca ocupa nas produções existentes. Figura na historiografia e na documentação como uma espécie de “periferia”, um “espaço de passagem” entre os “espaços principais” (Ribeira do Acaraú e Serra da Ibiapaba). No entanto, como demonstrado, o fato desta ser um território de passagem, não a faz um espaço menos importante que os outros, apesar da concentração missionária na Serra da Ibiapaba e a concentração de capitães mores e ouvidores no curato do Acaraú. Entendemos a Serra da Meruoca como um espaço importante nas trocas culturais entre os índios, e na divisão territorial da região norte do estado do Ceará.

Todo o trabalho historiográfico não somente da sobre a Serra da Meruoca, a Ribeira do Acaraú e regiões vizinhas, seguiu caminhos parecidos. A história volta-se para o casal de brancos que fixam morada, estabelecem laços, procriam, expandem a família, expandem os domínios territoriais, doam terras para o patrimônio da Igreja, agregam trabalhadores e dão conseqüentemente origem aos sítios, povoações, e a posteriori ao núcleo urbano de um município ou cidade. No entanto, isto ocorre porque “uma parte da historiografia oficial tendeu a retratar o sertão no período da colonização como um espaço vazio, que estivesse esperando a chegada dos colonizadores” (PIRES,2002:27).

Ao analisar a produção escrita do século XX relativa à Serra da Meruoca, especialmente as produções de Pe. Sadoc e dos historiadores do Ceará, pode-se inferir que grande parte das ideias sobre a escrita da História estava voltada para os fatos e a utilização das fontes como comprovação de uma verdade:

Para os historiadores de fins do século XIX e princípios deste, ao contrário das ciências baseadas na observação direta, [...] o conhecimento histórico se basearia na observação indireta dos fatos históricos através dos testemunhos conservados. Ao tratar-se de fatos passados, chegar a conhecê-los dependeria estritamente daquilo que, sobre eles, nos dissessem as fontes, e muito especialmente os documentos escritos (CARDOSO, 1984: 48).

Percebemos então que os pesquisadores que se dedicaram ao estudo da Serra da Meruoca, utilizavam muito do que os estudiosos do Instituto Histórico do Ceará produziram, identificamos nas obras relativas a Meruoca, que a temática indígena não é tão aprofundada, pelos motivos que os próprios pesquisadores apontam, como a ausência de fontes, no entanto esta pesquisa, se insere no contexto de reescrita da história da região, demonstrando que a presença indígena na Meruoca, foi marcante, e fundamental, para a formação do espaço, através da historiografia pudemos identificar, de que modo os povos indígenas foram retratados na história, e como esta escrita da história, influencia até os dias de hoje, com essa pesquisa, pudemos demonstrar que o processo de formação territorial do atual espaço da cidade de

Meruoca, ocorreu a partir do contato de variados sujeitos históricos, que tinham interesses próprios.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARAGÃO, Mario Henriques. **Meruoca 300 anos de história**. IOM, 1999.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1680**. 2º Ed. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense (1604-1800)**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

_____. Francisco Sadoc de. **História religiosa de Meruoca**. Sobral. Fundação Vale do Acaraú- UVA-1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história**. 4º ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

Carta do Padre Ascenso Gago (1693) in: História religiosa de Meruoca. Sobral. Fundação Vale do Acaraú- UVA-1979.

FERREIRA, Josetalmo Virginio. **Conflitos jurisdicionais no sertão do Ceará (1650 – 1750)**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco/ Programa de PósGraduação em História, Recife, 2013.

FROTA, Luciara S. de Aragão (Org.). **Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará**. Fortaleza: SUDEC, 1974.

MAIA, Lígio José de Oliveira. Serras de Ibiapaba. **De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **“Guerra dos Bárbaros”: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: UFPE, 2002.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **“Minha riqueza é fruto do meu trabalho”: negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822)**. Fortaleza: Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Ceará/ Programa de Pós- Graduação em História Social, 2015.

STUDART, Barão de. **Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará**. In: Revista do Instituto do Ceará – RIC, Fortaleza, t. XXXV, 1921. (Coleção Studart)

STUDART FILHO, Carlos Filho. **Dados para uma história eclesiástica do Ceará (1603-1750)**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo 71, 1957.

_____. Carlos. **A rebelião de 1713**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo 77, v. 77, 1963.